

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

“AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO –
EB2”

PROCESSO N.º 2021/300.10.005/567

ÍNDICE

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto do Concurso.....	4
Cláusula 2. ^a – Entidade Adjudicante	4
Cláusula 3. ^a – Órgão competente para a decisão de contratar	4
Cláusula 4. ^a - Concorrentes.....	4
Cláusula 5. ^a - Agrupamentos.....	5
Cláusula 6. ^a – Idoneidade dos Concorrentes	6
Cláusula 7. ^a - Concorrência	6
Cláusula 8. ^a – Consulta do processo de concurso e condições de participação.....	6
Cláusula 9. ^a – Pedidos de esclarecimentos e retificações sobre as peças	6
Cláusula 10. ^a – Erros e Omissões do Caderno de Encargos	7
Cláusula 11. ^a – Consulta Preliminar	8
SECÇÃO II - PROPOSTA	8
Cláusula 12. ^a – Propostas variantes	8
Cláusula 13. ^a – Modo de apresentação de propostas	8
Cláusula 14. ^a – Assinatura eletrónica.....	9
Cláusula 15. ^a – Documentos que constituem a proposta.....	9
Cláusula 16. ^a – Prazo de apresentação das propostas	10
Cláusula 17. ^a – Idioma dos documentos da proposta	11
Cláusula 18. ^a – Prazo de validade das propostas	11
Cláusula 19. ^a – Despesas e Encargos	12
Cláusula 20. ^a – Preço anormalmente baixo.....	12
Cláusula 21. ^a – Adjudicação por lote	12
SECÇÃO III – ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS.....	12
Cláusula 22. ^a – Análise de propostas e admissão de concorrentes	12
Cláusula 23. ^a – Esclarecimentos sobre as propostas	13
SECÇÃO IV – SELEÇÃO DOS CONCORRENTES	13
Cláusula 24. ^a – Critérios de adjudicação	13
Cláusula 25. ^a – Leilão eletrónico.....	14

Cláusula 26. ^a – Documentos de habilitação	14
SECÇÃO V – CONTRATO	15
Cláusula 27. ^a – Minuta de contrato	15
Cláusula 28. ^a - Reclamações contra a minuta.....	16
Cláusula 29. ^a - Celebração do contrato.....	16
Cláusula 30. ^a - Não outorga do contrato.....	16
SECÇÃO VI - CAUÇÃO	17
Cláusula 31. ^a Caução para garantir o cumprimento de obrigações.....	17
Cláusula 32. ^a Liberação de caução	17
SECÇÃO VII - CONSIDERAÇÕES REFERENTES À PLATAFORMA ELECTRÓNICA .	17
Cláusula 33. ^a Apoio técnico referente à utilização de ferramentas eletrónicas	17
SECÇÃO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
Cláusula 34. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual	17
Cláusula 35. ^a - Comunicações e notificações	17
Cláusula 37. ^a - Contagem dos prazos	18
Cláusula 38. ^a – Legislação aplicável.....	18

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto do Concurso

O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), e é designado por **“Aquisição de mobiliário para o ensino pré-escolar e 1.º ciclo – EB2”**,

Cláusula 2.ª – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Sines, adiante designada CMS, NIPC 502 563 010, sita no Largo Ramos da Costa, 21.º A, 7520-159 Sines, com o telefone nº +351 269 630 600, o fax nº +351 630 672, endereço eletrónico geral@mun-sines.pt.

Cláusula 3.ª – Órgão competente para a decisão de contratar

Nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com o n.º 1 do art.º 18.º Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar foi proferida pelo Sr. Vice-Presidente no uso da competência que lhe foi delegada por Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 31/05/2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 4.ª - Concorrentes

Podem apresentar proposta no presente concurso quaisquer pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, e que cumpram as condições de capacidade técnica definidas no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª - Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares e coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:
 - a) Os elementos que integrem o agrupamento respeitem o disposto na cláusula anterior;
 - b) Os elementos que compõem o agrupamento declarem que em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo, de acordo com os números seguintes.
2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da proposta.
3. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.
4. Sempre que duas ou mais empresas concorrentes, no presente concurso público, tenham como sócios/acionistas ou gerentes/administradores a(s) mesma(s) pessoa(s), entende-se que, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 08 de maio, entre elas não pode haver concorrência, assim, caso pretendam apresentar proposta terão obrigatoriamente de se constituir como agrupamento concorrente, sob pena de todas essas empresas serem excluídas do concurso.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, deverá ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os

seus membros ou respetivos representantes.

Cláusula 6.ª – Idoneidade dos Concorrentes

1. Os concorrentes e, no caso de agrupamentos, cada uma das entidades que o compõem, têm de apresentar a Declaração Anexo I ao CCP atestando que não se encontram em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do mesmo diploma legal.
2. A verificação de qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes, agrupamento ou membro de agrupamento concorrente implicará a exclusão da entidade ou do agrupamento, consoante o caso, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

Cláusula 7.ª - Concorrência

A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência é inadmissível e importará a exclusão da proposta, sendo comunicada à Autoridade da Concorrência, nos termos do n.º 3 do artigo 70.º do CCP, sofrendo ainda as demais consequências legais aplicáveis ao caso concreto.

Cláusula 8.ª – Consulta do processo de concurso e condições de participação

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos serão integralmente disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública ANOGOV com o seguinte endereço eletrónico: <https://www.anogov.com/cm-sines/faces/> disponibilizada pela empresa ANO, Sistemas de Informática e Serviços, Lda. e doravante designada por plataforma eletrónica.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados.

Cláusula 9.ª – Pedidos de esclarecimentos e retificações sobre as peças

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso

são da competência do júri do procedimento.

2. Os concorrentes podem apresentar pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas e junto às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 3 da presente cláusula, o prazo fixado para apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

Cláusula 10.ª – Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. Em conformidade com o disposto no artigo 50.º do CCP, os interessados devem apresentar, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, e que digam respeito a:
 - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. Excetua-se do disposto no ponto anterior os eventuais erros e omissões que o interessado, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato;
2. É competente para decidir sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, o órgão competente para a decisão de contratar, devendo tal decisão ser proferida até ao

termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.

3. As listas apresentadas pelos interessados, bem como a respetiva decisão, serão publicitadas na plataforma eletrónica, devendo todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento ser imediatamente notificados de tais factos.
4. A decisão sobre erros e omissões é junta às peças que se encontram patentes para consulta.

Cláusula 11.ª – Consulta Preliminar

Nos termos do disposto no artigo 35.º - A do CCP foi efetuada consulta preliminar ao mercado, sendo este um mecanismo destinado à preparação do procedimento de contratação, e em cumprimento do disposto no n.º 4 do referido artigo divulga-a a informação resultante da mesma e considerada pertinente, respetivamente as entidades consultadas:

- Areal Editores, S.A., NIF – 501 523 375;
- Nautilus, S.A., NIF – 503 653 179 ;

SECÇÃO II - PROPOSTA

Cláusula 12.ª – Propostas variantes

1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP;
2. O incumprimento do previsto no ponto anterior é fundamento para a exclusão da proposta ou das propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

Cláusula 13.ª – Modo de apresentação de propostas

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica, através do preenchimento do formulário de pré-adesão fornecedores.

2. Os documentos que constituem a proposta, referidos na cláusula 15ª do programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e autenticados através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Cláusula 14.ª – Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Cláusula 15.ª – Documentos que constituem a proposta

De acordo com o disposto no art.º 57.º do CCP, a proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, a qual deve ser assinada de forma eletrónica pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I);

- b) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, dos quais se destaca o prazo de fornecimento e o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
- c) Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12;
- d) Caso se aplique, para efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 57.º do CCP, procuração que habilite o subscritor da apresentação de proposta;
- e) Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
- f) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta;
- g) A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.

Cláusula 16.ª – Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem, devem ser apresentadas na plataforma eletrónica, até às 23h59 do 9.º dia a contar do dia seguinte à data da publicação do anúncio em Diário da República.
2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
3. De acordo com a alínea g) do artigo 2.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que o concorrente efetiva a entrega da proposta através do carregamento na plataforma eletrónica.
4. Após a submissão, a proposta é registada automaticamente pela plataforma eletrónica, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo da submissão com

referência à identificação da entidade adjudicante, ao procedimento concursal, relativamente aos quais apresentou proposta, assim como a data e hora da referida submissão.

5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas com assinatura eletrónica qualificada e recebidas até à data referida no n.º 1 da presente cláusula.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem livremente alterá-las ou retirá-las, bastando para tal proceder em conformidade com as instruções referidas nos manuais constantes da área de ajuda disponível na plataforma eletrónica e de acordo com o estabelecido no presente programa de concurso.

Cláusula 17.ª – Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 18.ª – Prazo de validade das propostas

Em conformidade com o disposto no art.º 65.º do CCP, a proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Cláusula 19.ª – Despesas e Encargos

Constitui encargo dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes ou outras atividades a ela conexas bem como as despesas inerentes à celebração do contrato, se as houver.

Cláusula 20.ª – Preço anormalmente baixo

Não será definido critério para preço anormalmente baixo, no entanto, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do CCP o preço ou custos de uma proposta poderá ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

Cláusula 21.ª – Adjudicação por lote

Considerando o valor previsto para a aquisição dos bens, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do CCP, a adjudicação está dispensada da aplicação da divisão por lotes.

SECÇÃO III – ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS

Cláusula 22.ª – Análise de propostas e admissão de concorrentes

1. As propostas serão analisadas de acordo com os seus atributos, termos e condições de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP;
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

Cláusula 23.ª – Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica, bem como desse facto serão notificados todos os concorrentes.

SECÇÃO IV – SELEÇÃO DOS CONCORRENTES

Cláusula 24.ª – Critérios de adjudicação

1. Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 74.º do CCP a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, tendo sido definido como parâmetro base o preço;
2. No caso de na ordenação final se verificarem propostas com classificações iguais, o critério de desempate será o de considerar em primeiro lugar o concorrente que apresente o menor prazo de fornecimento;
3. No caso de na ordenação final se verificarem propostas com classificações iguais, o critério de desempate será por sorteio a realizar na sala de sessões do Município de Sines, em data, hora e modelo a notificar posteriormente;

Cláusula 25.ª – Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico na fase de seleção de concorrentes.

Cláusula 26.ª – Documentos de habilitação

1. O concorrente selecionado deverá apresentar, através da plataforma eletrónica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos:
 - a) A Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, em conformidade com o modelo Anexo II ao presente programa do procedimento, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os concorrentes podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o

endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Deverá ser apresentada certidão de registo comercial ou disponibilizado o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro.
4. Se algum dos concorrentes selecionados for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas a) e b) do n.º 1 da presente cláusula devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. Podem ainda ser solicitados ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o efeito.
6. Os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
7. No caso de se verificarem situações que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para que o adjudicatário se pronuncie ao abrigo do direito de audiência prévia;
8. Quando as situações referidas no número anterior não sejam imputáveis ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena da caducidade da adjudicação.

SECÇÃO V – CONTRATO

Cláusula 27.ª – Minuta de contrato

1. A entidade adjudicante após a notificação da adjudicação, através da plataforma eletrónica, notifica o adjudicatário da minuta do contrato.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 28.ª - Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do CCP.
2. Em caso de reclamação a entidade adjudicante comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

Cláusula 29.ª - Celebração do contrato

O contrato será celebrado por escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, no prazo de 30 (trinta) úteis dias a contar da data da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

Cláusula 30.ª - Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar eletronicamente no prazo fixado, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI - CAUÇÃO

Cláusula 31.ª Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução no âmbito da adjudicação para celebração de contrato.

Cláusula 32.ª Liberação de caução

SECÇÃO VII - CONSIDERAÇÕES REFERENTES À PLATAFORMA ELECTRÓNICA

Cláusula 33.ª Apoio técnico referente à utilização de ferramentas eletrónicas

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica podem recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim através do número de telefone 707 201 561 ou do email suporte.software@ano.pt pela empresa ANO – Sistemas de Informática e serviços, Lda.

SECÇÃO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 34.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 35.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código

dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 37.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 38.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º